

LEILA DINIZ E A ANTECIPAÇÃO DE TEMAS FEMINISTAS

Eli Diniz: Jacqueline, uma coisa que eu nunca cheguei a perguntar, mas já que hoje vamos conversar sobre a Leila, você chegou a conhecê-la pessoalmente?

Jacqueline Pitanguy: Olha, eu a vi em algumas ocasiões. Mas eu nunca cheguei a sentar e conversar com ela. E eu queria bem a Leila, não só pelo que ela era, mas, muito também por tabela, porque ela era a sua irmã. Desde que eu te conheci, tive uma empatia muito grande por você, ali na PUC onde lecionávamos. Então, era uma coisa assim, a Leila aquela figura linda... E eu me lembro de tê-la visto grávida, também ali numa galeria que havia em Ipanema. Não havia uma butique ali?

ED: Sim. Foi uma época difícil da vida dela, quando ficou desempregada. Resolveu, então, montar uma butique.

JP: Bem, eu a vi muito. Ficava na Praça General Osório. E eu a via muito ali, uma figura muito linda. O meu contato com Leila não foi um contato direto. Portanto, não posso falar da impressão pessoal que tive dela. O que eu posso falar é sobre o que Leila representou e representa e isso é uma fala que não se prende, digamos assim, a um momento, nem a uma década; quer dizer, eu sinto que podemos falar sobre a Leila hoje, entrando nos 90, podemos falar sobre a Leila nos anos 80, nos anos 70.

ED: É... eu entendo o que você quer dizer e concordo. Agora, muita gente, quando fala na Leila, acha que ela foi uma pessoa que se antecipou ao movimento feminista, foi uma pessoa que teve um comportamento inovador. Na época, foi muito criticada pelas gerações mais velhas. Mas depois da sua morte, depois de passado muito tempo, o que ficou gravado mesmo foi esse lado, o de mulher inovadora. Eu queria conversar um pouco com você sobre isso. Nos anos 60, no Brasil, já havia alguma coisa de movimento feminista?

JP: Eu acho que havia muito pouco. E isso porque o próprio movimento feminista como movimento político, como movimento organizado, é, na Europa e nos EUA, um movimento do final da década de 60. É um movimento que vem no bojo também de outros movimentos políticos importantes, como a guerra de libertação da África, de teor anticolonialista, aquela idéia de retirar de dentro de você a imagem do colonizador. E o feminismo num certo sentido, eu diria que

depois do movimento sufragista - estou falando do feminismo como movimento político, não estou falando de feministas ou de trabalhos feministas, de uma literatura que tenha sido produzida - eu diria que, depois do sufragismo, esse movimento deu uma parada. Era como se você tivesse avançado, avançado e de repente... entrasse em compasso de espera.

ED: Quando começou o sufragismo?

JP: Na Europa, começou no século passado. Na Inglaterra você tem três gerações de mulheres, o sufragismo chega a atingir mãe, filha e avó. Foi muito longo o movimento. Nos Estados Unidos, ele começa com o movimento antiescravagista, abolicionista. Começa também no século XIX. No Brasil, podemos situá-lo nos anos 20 e 30. Então, é um movimento muito longo. E que tem um feitiço muito diferente. O sufragismo como movimento político é uma coisa e o que vai ressurgir depois, na década de 60, é uma coisa diferente. É possível detectar-mos vários momentos do sufragismo, internacionalmente falando.

ED: E como seria o sufragismo dessa fase posterior?

JP: Quando ressurge, ele está, de uma certa forma, trazendo uma nova perspectiva política, uma nova perspectiva de compreensão do poder, que naquele momento ainda não seria teorizada por frases do tipo "o sexo é político", "nosso corpo nos pertence", "a sexualidade desvinculada da reprodução é uma bandeira de luta", "o valor da mulher não está necessariamente, ou não está, de maneira nenhuma, na virgindade, na castidade". E que vai, então, trazer toda essa idéia da mulher como sujeito, da mulher como sujeito da história; e ao mesmo tempo que traz e resgata a idéia da mulher como sujeito é o movimento que vai denunciar a ausência da mulher, o silêncio. É um movimento que vai se lançar no cenário político de forma organizada com questões muito concretas. Por exemplo, uma das bandeiras do movimento feminista, nos anos 60, é a questão do aborto. Isto, na Europa.

ED: E, no Brasil, teria havido esse ressurgimento?

JP: Aqui no Brasil não há nada de similar acontecendo, nessa época. No Brasil, a única coisa que se tem como expressão política maior, na década de 60, depois do golpe, sobretudo, é a idéia da necessidade de se montar uma frente unida do povo contra a ditadura. E esse povo, naquele momento, não tem sexo, não tem raça, não tem idade. Você só tem, realmente, a questão da luta de classe. Essa bandeira geral de luta contra a ditadura vai ser o credo durante toda a década de 60. Eu acho que a década de 60, sob certos aspectos, foi uma década extremamente conservadora.

ED: Por que você diz isso?

JP: Porque acho que é uma década extremamente puritana, é uma década em que, apesar dos grandes sonhos e projetos de transformação social via luta de classes, no fundo, a questão básica das relações de poder entre homens e mulheres, entre brancos e pretos, a questão da sexualidade, tudo isso está soterrado inteiramente. A própria idéia da crítica interna ao pensamento crítico não é aceita. Você tem uma espécie de ditadura. Mas isso é uma crítica que eu faço hoje, *a posteriori*.

ED: Conservadora no que diz respeito ao papel da mulher?

JP: Sim, ao papel da mulher.

ED: A propósito, lembro-me, por exemplo, do filme *Les Amants*, de Louis Malle, que passa no Brasil, pela primeira vez, nos anos 60, o impacto que causou e também as interpretações equivocadas que surgiram; ele foi considerado realmente um filme...

JP: Quase pornô. Só a intelectualidade não dizia que era um filme pornô.

ED: Exatamente. Um público universitário como nós. A mim, causou-me um impacto grande. Nunca mais esqueci aquele filme. Eu o achei belíssimo. Jeanne Moreau esplendorosa, e achei um filme lírico, poético. Mas eu me lembro que me causava espécie ver que o público em geral, à exceção do meio acadêmico e do meio artístico, que são, por definição, de vanguarda, sentia-se chocado.

JP: Ao mesmo tempo, é na década de 60 que surge a pílula. E nós somos as mulheres da geração da pílula. Nós tomávamos estrógeno em doses altíssimas, porque era o preço que pagávamos para não engravidar. A vivência da sexualidade começava de uma forma assim, muito seletiva, eu diria, no Rio de Janeiro. Dentro de um ambiente de esquerda. Mas no meio universitário, muito ainda dentro de determinados parâmetros. O que eu acho que a Leila já nessa época podia representar era a expressão de alegria, que não era muito permitida. Eu sinto que o nosso processo de libertação era um processo ancorado a muita idéia de sofrimento, de uma disciplina política muito grande, de um certo puritanismo, entre aspas, porque, ao mesmo tempo que já não era a questão de ser ou não ser virgem, de defender ou não a virgindade, havia uma certa noção de dever permanente. Não sei explicar, é mais um elã que caracterizava. Eu acho que a Leila representou a afirmação do direito a ser alegre, a projetar uma alegria, uma sensualidade alegre, desvinculada de bandeira política. Nisso foi muito revolucionária.

ED: Quer dizer, a virgindade ainda era um tabu naquela época. Nós fomos dessa geração de transição para uma fase mais liberada. A pílula, de que você está falando, realmente era um segmento muito restrito que usava. Então, como você acha que era a jovem típica dos anos 60?

JP: Eu acho que a jovem dos anos 60, 64 em diante, brasileira, pernambucana, ou carioca, estava vivendo, por um lado, um momento em que o ensino universitário era de bom nível. Eu sinto que a universidade não estava esfacelada, destruída, como está hoje. As pessoas que entravam na universidade sabiam escrever, tinham o hábito de ler, chegavam com uma boa bagagem. Você sabia escrever do início ao fim uma redação, desenvolver uma idéia, coisa que, hoje em dia, está um pouco raro, nas nossas universidades. Nós chegamos ao nível superior trazendo alguma coisa muito preciosa; acho que nós somos uma geração de boa formação cultural, a universidade ainda fornecia um bom nível de ensino e, de repente, vai se ver comprometida, vai se ver, digamos assim, sofrendo toda série de restrições por imposição da ditadura. A partir de 64, o regime ditatorial torna-se cada vez mais coercitivo: professores são perseguidos e procuram exílio. Nós somos de uma geração que viveu esse ensino universitário de qualidade, dentro de condições políticas que vão se tornando cada vez mais difíceis. Eu, pessoalmente, em 65, fui para a Europa. Então, vivi à parte, digamos assim. A minha vida universitária passou-se fora do Brasil. Comecei aqui no Brasil,

mas depois fui para a Europa. E vivi, então, a vida universitária européia, os movimentos universitários na Europa. Logo depois, fui para o Chile, onde tive uma outra experiência de vida universitária muito interessante, porque ali você aliava uma qualidade de ensino realmente excepcional a uma idéia de disciplina quase prussiana; transformações radicais do ponto de vista político e um imenso conservadorismo no que diz respeito à vida pessoal. Na Europa, a sensação que eu tinha do Brasil era mais ou menos esta: umas poucas pessoas tentando fazer uma revolução numa série de esferas de resistência ao sistema militar, uma elite intelectual, e ousando não ser mais virgem, gostar de *Les Amants*. Na Europa, tinha-se uma coisa muito mais integrada. O ensino ainda muito europeu, ainda muito antigo, muito hierárquica a relação do professor com o aluno, mas havia realmente uma mudança dos costumes, uma mudança das relações sociais e culturais. Isso começou muito cedo na Europa e tudo vai desembocar em 68, quando se observa um descompasso entre as transformações internas e a estrutura universitária arcaica, hierárquica. Em maio de 68, eu já estava no Chile; saí no final de 67 da Europa. Fui para o Chile, conviver com um outro conjunto de variáveis, porque no Chile o que eu encontrei foi um sistema político em efervescência. Nós achávamos que ali realmente estava se processando a grande transformação da chegada do socialismo pela via democrática. O Chile, naquele momento, era o refúgio da inteligência, não só latino-americana, mas também européia, e nós tínhamos uma universidade com excelente nível de formação, uma disciplina extraordinária e, em contraste, um conservadorismo na vida afetiva, pessoal. Era uma sociedade extremamente reprimida desse ponto de vista. Naquele momento, por exemplo, enquanto a Leila Diniz poderia existir no Brasil, não poderia existir no Chile, apesar de o Brasil estar vivendo um sistema ditatorial. Aquele movimento de transformação mais amplo nos padrões de convivência entre as pessoas e na relação com o corpo que a Leila vai adiantar, que a Leila vai aprofundar, passando alegria, isto já estava de uma certa forma ocorrendo no Brasil. Não há possibilidade de eu imaginar Leila Diniz no Chile, pois ela seria apedrejada em praça pública.

ED: É bem possível... Quer dizer, no Brasil, no Rio de Janeiro mais especificamente, porque eu acho que o Rio, mais do que qualquer outro centro urbano do Brasil, naquela época, tinha abertura para acolher a figura que a Leila representou.

JP: Exatamente. Porque o Rio de Janeiro sempre teve esse lado da praia, do sol, da nudez, das pessoas se tocarem, de se apreciar a beleza, de uma relação mais solta entre as pessoas, menos hierárquica...

ED: Claro. Mais descontraída.

JP: Certamente mais descontraída. Aqui, a Leila pôde existir. Ela como que encarnava o Rio. A Leila era uma cara muito bonita do Rio. O que eu sinto é que a Leila, quando marca e abre caminhos, e desponta, a sensação que eu tenho é que a Leila faz isso, não porque ela esteja obedecendo a um propósito político de transformação, mas porque ela era assim. E isso é o que eu acho fascinante na Leila. Quer dizer, todas as grandes mudanças que ela trouxe para nós mulheres, no sentido de fazer avançar esse processo que estava em curso, naturalmente, era um processo todo de transformação - não se pode, de repente, achar que a Leila caiu de um astro, quer dizer, a Leila foi produto, também, de todas

essas circunstâncias, de todas essas transformações - mas o bom é a maneira como ela fez esse processo avançar. Acho que ela fez esse processo avançar tanto, porque não era nem consciente de que ela o estava fazendo avançar. Ela era o que era, simplesmente, aquele riso solto, o corpo dela, o poder dizer "gosto de fazer amor, sim", e "de tomar sol", e mais tarde passear aquela barriga desmistificando séculos e séculos de uma relação extremamente puritana de cobrir, de tornar a gravidez invisível e assexuada. Quer prova maior de que você teve sexo, do que estar grávida?

ED: Acho interessante esse contraste que você faz entre a forma como a Leila viveu a gravidez e a forma como a gravidez até aquele momento era vivida, porque, mesmo com toda a transformação que havia na Europa, nos anos 60, a que você se referiu, no Brasil, só nos anos 70 é que realmente aparece alguma coisa de movimento feminista. Mas, mesmo na Europa, onde esse movimento feminista é anterior, nunca nenhuma mulher havia ousado colocar a barriga grávida de fora.

JP: Nunca. E eu vou te dizer o seguinte. Foi algo extraordinário porque, ao fazer isso, ao fazer esse gesto, ao desnudar a barriga, e mais, ao desnudar com um belo sorriso, com uma alegria com a maternidade, ao desnudar de uma forma que não tem nada a ver com a pornografia, que tem a ver com a beleza da maternidade, quer dizer, ao enaltecer a maternidade botando a sua barriga ao sol... e ela o fez com dignidade... ela fez como que uma revolução diante de séculos e séculos de uma relação perversa com a sexualidade feminina e com a maternidade. Eu dou até um depoimento pessoal. Quando eu voltei ao Brasil para ter a minha primeira filha, em 1971, eu voltei e, naquele momento, eu estava muito envolvida na grande transformação política do Chile. Lá eu vivia em reuniões, e aquela barriga ia crescendo. Mas não era, digamos assim, motivo de maior preocupação para mim, talvez, nem de consciência, eu estava imersa num processo político enorme. Quando cheguei aqui, já cheguei aos oito meses, quis ter o filho ao lado da minha mãe. Mamãe, que era uma pessoa encantadora e uma mulher, para sua geração, aberta e fantástica, quando ela viu o tipo de roupa de grávida que eu estava usando, falou: "mas, Jacqueline, não é assim que grávidas se veste". Então, nós fomos comprar um vestido oficial de grávida pra mim. Lembro que era vermelho, de fustão ou de gorgurão, com uma gola branca, esse tipo de gola de palhaço branca e por baixo dessa gola branca saía um grande laço de seda azul marinho. Eu estava vestida de imbecil completa, entendeu? E com um sapatinho branquinho, nem sei se tinha fivelinha, provavelmente tinha. Então, além de perder completamente a sexualidade, a sensualidade, eu fiquei bem idiota, fiquei débil mental. Tive a minha filha com um ginecologista muito tradicional e fui fazer, eu me lembro, um curso pré-parto, eu e umas outras grávidas, todas vestidas de idiotas, alisentadas e ele dizia pra gente, o homem, médico, que não doía nada e que ele ia, então, mostrar um desenho de um caminhãozinho, eu me lembro que era um caminhãozinho que subia com umas pedras e descia, e tinha algo a ver com Pavlov. Mas a maneira como ele nos tratava era como se fôssemos débeis mentais, porque o tom de voz que ele usava era para um grupo de débeis mentais. Quando nós mulheres estávamos ali, nós estávamos ali num momento de grande poder. Então, aquele poder, primeiro a beleza da gravidez,

a barriga, estava escondida. A mulher adulta, porque a mulher grávida é uma mulher adulta, estava escondida em uma roupa infantil e estava sendo imbecilizada. Então, eu acho que a revolução que representou ver a Leila de biquíni...

ED: Tem toda razão. É um contraste muito grande. No momento em que a mulher está mais amadurecida - na verdade a gravidez é o clímax de um processo de amadurecimento -, teve uma relação sexual bem-sucedida e gerou uma nova vida, então, nesse momento, em que você está no auge, que é o desabrochar da sua sexualidade, o coroamento da sua sexualidade, você como que sofre uma censura.

JP: A sociedade te corta.

ED: A sociedade como que castra, corta o prazer de você usufruir essa fase, que deveria ser uma fase em que a mulher tem orgulho de mostrar e de exibir: "Olha como é bela a vida que trago em mim... ela é fruto do amor".

JP: Claro. "Olha o meu corpo, ele representa a vida". Então, esse corpo passa a ser um corpo que tem que ser escondido. Então a Leila...

ED: Mas isso nenhum movimento feminista havia denunciado. E por quê?

JP: Porque o movimento feminista americano - vou referir-me, sobretudo, ao movimento feminista americano e talvez ao europeu, mas em grande medida ao americano - é um movimento que passou por cima da maternidade. Uma das coisas que me impressionam no movimento feminista americano é como a idéia de liberação esteve ancorada a uma negação da diferença. Os Estados Unidos são um país onde uma mulher, ao dar a luz, tem apenas 15 dias de licença não paga. E isso nunca foi bandeira de luta das feministas americanas. Parece que ela pode eventualmente chegar a tomar até um mês, mas por conta dela.

ED: Deve ser por isso que as mulheres americanas ou não têm filhos ou optam por não trabalhar até o filho alcançar uma certa idade.

JP: Ou vão ter filhos depois dos 40, quando já fizeram uma carreira profissional suficientemente sólida, e acham que podem agora se permitir ter uma criança. Ou, então, elas são a típica *housewife*, carregando três a quatro filhos, inteiramente dedicadas à maternidade. Essa ausência de uma politização da maternidade... Se você observa as plataformas do movimento feminista, estas serão: o acesso à contracepção; a luta contra a violência contra a mulher; a igualdade no Código Civil, no Código de Família; a igualdade na participação no mercado de trabalho. Mas a questão da maternidade como uma bandeira específica, realmente, nem do ponto de vista social ela foi tocada. É como se as mulheres não parissem e é como se, num certo sentido, as mulheres quisessem ser uma espécie de homens vitoriosos, quando não é nada disso. Então, acho que a Leila foi, nesse momento, revolucionária. Revolucionária no sentido de fundar uma nova ordem. Estou usando a idéia de revolução no seu sentido pleno; a revolução como fundação de uma nova ordem, como a instauração de um novo momento, não porque ela tivesse atrás de si um grupo, partido ou uma organização. Não, ela o fazia porque acreditava nisso. Fazia de uma maneira ousada e muito alegre, sem maiores explicações teóricas. Acho que isso me impressionou muito, pessoalmente, como uma mulher que tinha vivido a primeira gravidez, porque nas outras eu já botei a minha barriga de fora, mas que tinha vivido a primeira

gravidez, primeiro encoberta pelo processo maior de transformação do Chile, pois eu também não me permitia viver a minha gravidez porque era uma militante de esquerda, num país em transformação política; portanto, estava fora de cogitação. E a gravidez avançava, a barriga crescia e eu não tinha tempo para poder ficar tocando a minha barriga, curtindo.

ED: Naquela época, era assim. Podia-se estar feliz por estar grávida, mas era um processo que não se exteriorizava.

JP: Que não se exteriorizava, nem se podia, ainda que se quisesse.

ED: Exatamente. Seria uma coisa pequeno-burguesa, uma vaidade. Aliás, nem vaidade; seria considerado algo típico da mulher que é apenas dona-de-casa, que só pensa em ter filhos, em ficar em casa, em cuidar dos filhos. E esse não era o nosso modelo. Portanto, nós, que éramos as revolucionárias, só o éramos politicamente, pois, no âmbito da vida privada, não nos comportávamos como tal.

JP: Porque a própria vida privada, pessoal, era uma vida que tinha que estar sempre colocada em segundo plano ou mesmo em terceiro plano. Eu me lembro que era impensável comprar uma roupa bonita pra mim. Tive um vestido o tempo todo no Chile. Era marrom. Parecia até um hábito de monge.

ED: Eu também tinha pouquíssimas roupas. Éramos de uma austeridade absoluta - a nossa juventude revolucionária. Uma saia escura, uma sandália ou um mocassim marrom.

JP: E com isso eu fui a minha gravidez inteira. Até que entrei em um outro diapasão que foi quando cheguei, com oito meses de gravidez, que me vesti de palhacinha, com laço de seda, com gola de palhaço, com gorgurão vermelho e fui ser imbecilizada. E eu também não me encontrei ali. Então, eu quero te dizer que a Leila abriu um outro espaço de identificação com a maternidade. E foi nesse espaço que ela abriu que eu pude viver minhas outras duas gestações, em que eu ia pra praia de barriga de fora, como todas as mulheres depois da Leila, como todas que se seguiram à Leila, principalmente no Rio de Janeiro. E eram aqueles peitos enormes. Eu achava muito bonito e botava o vestido decotado porque estava feliz daquela forma. Então, acho que, desse ponto de vista, a Leila abriu um imenso caminho sem muito discurso e sem retórica. Cada vez gosto mais de atos, pouco falatório, que é estéril se não é levado à prática.

ED: Menos discurso e mais ação, na verdade é isso. Você tem toda razão, Jacqueline. Acho que, inclusive, cala fundo no povo, em todas as suas camadas, a personalidade que se impõe pelo que faz. Porque veja como o povo é crítico dos políticos. Em grande parte, qual é a crítica fundamental que o povo faz aos políticos?

JP: Porque é só falatório. E nada fazem.

ED: O povo sente que a palavra é usada em vão; quanto mais a palavra é usada, desdobrada, cheia de retórica, cheia de floreios e elocubrações, menos ação. Ela é usada para camuflar a falta de ação e o povo, que não é tolo, ao contrário do que a maioria pensa, percebe isso. E diz: "o político só quer falar, é tudo blá, blá, blá, é tudo conversa fiada, porque não faz nada". Eu acho que esse ponto que você levantou é fundamental. Foi por isso que a Leila calou fundo na alma das mulheres em geral, e inclusive da mulher do povo, porque ela não atingiu

só a mulher intelectualizada, mas atingiu todas as mulheres. Acho que é isso. É o poder da ação, o poder da mudança que você introduz através do seu próprio comportamento e não através da retórica desvinculada da coragem de agir. Não se pode subestimar o impacto que tem sobre o processo de mudança um comportamento inovador que se expressa através da ação e não através exclusivamente da palavra, da retórica.

JP: Perfeito. Eu me lembro, não sei dizer em que ano foi, mas foi pouco antes da morte da Leila, ela fez uma peça chamada *Tem Banana na Banda*, teatro de revista. Bem, eu percebi que aquela peça feita por Leila era extremamente revolucionária, novamente no sentido de fundação de uma nova ordem. Primeiro, ela estava resgatando o teatro de revista que era maldito, e ela estava trazendo esse teatro para a zona sul. Era na Praça General Osório. Na zona sul, onde você poderia ter ou peças boas de teatrólogos brasileiros ou de Brecht, ou o que fosse, mas você não tinha teatro de revista. Acho que, nesse momento, ela fez alguma coisa de revolucionário, que foi trazer para um espaço nobre alguma coisa que era maldita naquele espaço. Trouxe para o espaço da zona sul o que era confinado ao centro, tradicionalmente área destinada à marginalidade, ao submundo. E ela era mãe naquele momento. É o outro ponto onde eu quero chegar. Quando estava amamentando a Janaína, fez a peça *Vem de Ré Que Eu Vou de Frente*. Foram dois momentos de transgressão: um, antes da gravidez, quando ela ousa ser uma artista do teatro de revista, fazendo *Tem Banana na Banda*, na zona sul. Ela ousa ser uma "vedetezinha". A mulher mais zona sul, mais amiga da intelectualidade, dos grandes cineastas, disso, daquilo outro é, de repente, uma vedete! O outro momento é, para mim, ainda mais revolucionário. Foi quando fez a segunda peça de teatro de revista e amamentava a Janaína nos intervalos. Em um certo sentido, ela fez uma síntese. Olha aqui, gente, dá para dançar, ser sensual, fazer teatro de revista, sem ser uma vedete ordinária, estou falando em um bom sentido, é claro. E isso foi dito em uma linguagem direta. Quer dizer, quantos preconceitos ao mesmo tempo! E ser mãe, e estar ali amamentando a filha, num ato de amor. Isso foi profundamente revolucionário, porque ela trouxe à tona a multiplicidade de papéis, a multiplicidade de possibilidades para a mulher, entendeu? Que antes era muito oprimida - ou mãe, ou puta. A boa mãe, que nem iria assistir a um teatro de revista, pois que lhe era interdito, ou seu oposto, uma desclassificada.

ED: Claro. E um outro detalhe que você esqueceu, e isso no auge da ditadura.

JP: No auge da ditadura, da repressão. Era uma ditadura moralista. Foi entre 1968 e 1971, governo Médici, Buzaid como Ministro da Justiça. Quer dizer, ela realmente agiu dentro do que podia haver de pior, em termos de parâmetros gerais. Foi uma grande regressão que a sociedade brasileira experimentou. A Leila avançava com uma coragem e com uma alegria! Isso é outra coisa importante. Eu acho que o avançar, sendo capaz de dar uma gargalhada, de dar um sorriso, ilumina e você faz com que as pessoas se identifiquem muito mais com você. Porque essa coisa de ser o herói que não tem capacidade de rir, até de rir de si mesmo, de trazer um pouco de sol, de alegria, é muito pesado para atrair e ser objeto de identificação. Leila era uma mulher que estava abrindo portas, estava apanhando também, e tinha capacidade de rir.

ED: É, e sofrendo muita repressão. Leila foi perseguida nesse período. Ficou, inclusive, sem emprego, teve que abrir uma boutique em consequência disso tudo. Foi atingida pela censura e pelo clima de caça às bruxas da época.

JP: Eu queria voltar um pouco ao paralelo que fiz, dizendo que a Leila só era possível no Rio de Janeiro. Quer dizer, a Leila não seria possível, naqueles idos de 68 a 71, fora do Rio de Janeiro, porque aqui havia toda uma resistência ao moralismo da ditadura, que começava a se expressar cada vez mais na busca de relações pautadas por uma maior liberdade, por uma maior vivência de sensualidade, de, digamos assim, tentar sair do massacre da ditadura, criando, pelo menos, uma certa resistência cultural. Houve, na Bahia, também um pouco. Agora, eu acho que, fora daqui, a Leila não teria condições de sobreviver. Também no Chile, que passava por um processo de construção, ela não poderia existir. Como diria Sartre, as condições históricas respondem pelas grandes transformações. Mas o indivíduo traz em si alguma coisa que não é só história e que contém a semente da mudança. Você não pode pensar em um Flaubert fora da França. Por outro lado, só existiu um Flaubert em toda a França e em todas as épocas.

ED: Mas há determinadas pessoas que, sem dúvida, se antecipam ao seu próprio tempo. Estão muito à frente do seu tempo. Leila teria sido uma dessas pessoas?

JP: Sem dúvida. E ela o foi porque não tinha essa consciência do tempo, do que é apropriado para o tempo, o que o tempo pede que você faça, essa coisa que se diz agora, o que é politicamente correto ou o que não é politicamente correto dentro desse ou daquele tempo. Eu sinto que ela não tinha essas fronteiras temporais. Agora é tempo de estruturalismo, ou agora é tempo de pós-modernismo. Dizem que agora é tempo de pós-feminismo, será que tem que ser assim?

ED: Ou, como também vem sendo dito, agora é tempo de neoliberalismo.

JP: Agora é o tempo da monogamia, é o tempo do não sei o quê. Se você fica preocupada com o tempo do que é, no fundo, o máximo que você consegue é ajustar-se a algum padrão.

ED: E embotar a sua individualidade.

JP: Sim, e embotar a individualidade. Eu acho que Leila era uma pessoa muito autêntica. Nesse sentido, ela era ela mesma. E fazia o seu tempo. Ao ser assim, fazia o seu próprio tempo. Agora é tempo das mulheres grávidas perceberem que existe nelas uma dimensão de prazer na gravidez, e também de sensualidade e de beleza. Que existe orgasmo na gravidez, que existe prazer na gravidez. Acho que é isso. Mas ela não estava preocupada de que era tempo ou não era tempo disso ou daquilo. Nesse sentido é que eu digo que ela se adianta, claro, porque ela não teve nem a consciência de que estava se adiantando, não é? Portanto, acho que viver um pouco como você sente as coisas e, claro, aí é preciso dizer que nem todo mundo tem a capacidade de sentir.

ED: E aí é que entra a originalidade de alguém, que de repente libera sua própria percepção da vida e rompe os limites do seu meio, do seu contexto, da sua temporalidade. Isso, porém, não se ensina.

JP: Por outro lado, ela é muito carioca. Eu acho que o Rio de Janeiro foi o solo fértil para que a Leila pudesse ter brotado, vivido, sido o que ela foi. Mas ela foi o que ela foi porque era Leila Diniz. Flaubert era Flaubert. E não adianta - na

época era o marxismo, ou outra teoria - querer explicar. Eu acho que é um fenômeno que você não explica. Nesse sentido, acho que ela fez a mulher avançar muito. Pessoalmente, o que sinto, tentando fazer um paralelo entre Leila, o movimento feminista e a minha perspectiva de vida, individual, é que também por razões muito particulares eu sempre vivi intensamente o movimento feminista. O feminismo entrou na minha vida muito mais como um movimento que me trouxe para essa coisa de ser mulher, resgatando-me de uma militância de esquerda, preocupada com o momento de substituição do Estado, digamos, para de repente me perceber muito gente, muito pessoa, muito frágil inclusive. E sinto que à medida que a minha vivência do movimento feminista e do feminismo foi muito mais uma vivência de me sentir profundamente mulher, e isso tem a ver com a sensualidade, tem a ver com a relação com o corpo e eu vejo isso, por exemplo, nos meus partos. O meu primeiro parto, o da minha filha Andréa, que eu queria demais, eu queria que fosse uma menina, quando eu soube, naquela época, não se fazia ultrassonografia, mas eu tanto tinha certeza que seria uma menina que eu levei uma camisolinha para a casa de saúde, mas, como eu já te disse, eu fiz com esse médico que tinha uma relação absolutamente impessoal com as clientes e que te desprovia de qualquer, digamos assim, controle sobre aquele processo que, afinal de contas, era um processo seu, não é? Aquela coisa de relação médico/paciente, em que você fica menininha, fica criança, "deixa que a gente toma conta". Então, eu não pude participar do parto da Andréa, fui anestesiada; a única coisa que eu sabia é que queria parto normal, porque minha mãe tinha tido cinco filhos, todos de parto normal e eu achava que ia parir muito bem com parto normal. Naquele momento achava-se que tinha que ser cesariana porque os médicos impunham a cesariana. Isso porque para eles é muito mais confortável, marca-se a hora... E eu queria parto normal e pedi ao médico. Só me lembro desse gesto de controle: "doutor, eu quero fazer parto normal". Mas induziram, quer dizer, deram injeção para ir mais rápido, a contração, e tudo o mais. Então, foi aquele parto normal, mas inteiramente tradicional, ou seja, eu não fui sujeito no processo de parto. No segundo filho, eu só recebi a anestesia local no momento do corte, foi em 74. Estava começando a me descobrir mulher e a me descobrir como um ator político mulher e, portanto, diferente em outra dimensão. A Leila já tinha morrido, mas eu já tinha, durante a gravidez, usado a barriga de fora, a barriga ao sol, não é? Aquela figura da Leila já tinha aberto muitos caminhos. Expresssei minha vontade ao médico, só recebi a anestesia na hora do corte. De modo que o nascimento do Rodrigo, que nasceu, aliás, muito grande, com mais de quatro quilos, foi um nascimento do qual participei muito mais. E do meu último filho, quando eu já estava realmente muito embrenhada no movimento feminista, foi um *happening*, porque eu tive o Rafael na sala de parto com uma médica e com três amigas assistindo ao parto, conversando durante o nascimento, pedi um espelho porque eu queria ver meu filho nascer. Então, na hora em que ele saiu de dentro de mim, vi o Rafael nascendo, peguei o bebê, coloquei-o em cima da minha barriga... Ele não foi imediatamente lavado e foi das maiores emoções que eu tive. E dentro justamente dessa vivência de um movimento feminista, que não é em nenhum momento te distanciar de alguma coisa muito feminina, como é

parir, mas ter controle sobre esse processo, te fazer sujeito nesse processo. E eu tenho a sensação um pouco de que isso não tem nada a ver com nenhuma teoria do movimento feminista. Isso tem a ver muito mais com essa coisa de fazer, de mudar o comportamento. Naquele momento, no movimento feminista, muitas mulheres não tinham filho, porque estavam tendo que se igualar ao modelo masculino. Então, nesse sentido, às vezes eu me sinto assim, próxima por empatia com a Leila, em uma pequena revolução muito mais, digamos assim, pessoal e invisível publicamente, mas que foi muito marcante para mim.

ED: Você teve seus filhos na década de 70. Nessa época, já tinha algum movimento feminista no Brasil?

JP: Já. Eu já era militante feminista. O movimento feminista tinha surgido no Brasil em 1975 como movimento organizado. Nós organizamos um grupo que não tinha nome. Foi quando nos conhecemos. Andréa nasceu em 1971. Leila morreu em 1972. Foi a época em que nós trabalhávamos na PUC. O que eu quero te dizer é que comecei a trabalhar na PUC e comecei a fazer uma pesquisa, a Participação da Mulher no Mercado de Trabalho no Brasil, que era para a OIT. E, de repente, eu me defrontei com números, com estatísticas, com coisas que a minha cabeça de socióloga entendia e que me diziam que havia uma outra relação de poder ali, que era brutal, que as estatísticas estavam evidenciando, que era a desigualdade da mulher no mercado de trabalho. Foi a partir daí que eu meio que acordei para essa questão do feminismo como movimento. Mas agora, pensando pra trás, vejo que internamente essas pequenas revoluções já vinham se processando dentro de mim há muito tempo. Então, a década de 70 é a década em que o movimento feminista surge como movimento organizado, no Brasil, mas que vai ainda buscar legitimidade, porque vai ser visto por setores significativos da esquerda como um movimento ameaçador, porque ainda era o momento da luta do povo unido contra a ditadura.

ED: Quais os grupos existentes?

JP: Aqui, no Rio de Janeiro, um grupo de pessoas se uniu para organizar um seminário sob os auspícios da ONU, porque, em 1975, a ONU declarou o Ano Internacional da Mulher. Então, nós fizemos um pequeno grupo que não tinha nome. Éramos umas dez pessoas, que por várias razões vinham se encontrando, porque haviam, por diferentes motivos, chegado à conclusão de que a questão da mulher era uma questão importante. Um tinham lido as européias, ou a Beth Friedman, ou outra feminista, e estavam começando a teorizar sobre essa nova revolução; outras tinham estado na Europa, tinham tido contato com o movimento feminista lá. O fato é que foi organizada uma semana de debates sobre a situação da mulher na sociedade e eu me lembro que até para legitimar, trazendo umas figuras que eram aceitas, como o Celso Furtado, nós o convidamos para fechar o encontro e ele falou que o movimento feminista era a grande revolução do século XX, era a maior revolução que de fato havia acontecido no século XX. Assim, quando o Celso Furtado disse isso, deu um certo aval ao que estávamos organizando. A partir daí, cria-se a primeira organização feminista no país e o movimento começa, então, a avançar, seja pelos chamados grupos de reflexão, que eram pequenos grupos explicitamente feministas, seja levando a questão da

mulher, da desigualdade da mulher, para dentro de organizações maiores, como sindicatos, associações profissionais etc. Mas era um momento difícil, porque a esquerda tinha medo de que esse movimento fosse trazer um enfraquecimento da luta geral do povo contra a ditadura, e a direita mais conservadora via aquilo como um bando de loucas, para alguns, lésbicas, para outros mal-amadas etc. e todos os clichês e estereótipos que são usados, quando você não consegue lidar com alguma coisa que ameaça e que você reduz através do clichê. E as mulheres, acho que se sentiam muito ameaçadas com aquilo tudo também. E aí é que eu acho que a Leila e, sobretudo, a imensa revolução que a Leila fez, talvez porque não foi dita, pois foi individual, deixou marcas.

A nossa revolução tinha um discurso, era uma coisa completamente diferente. A Leila já não estava aqui, quer dizer, já não era possível saber qual teria sido a atitude dela diante disso, mas, de qualquer maneira, abriu caminho devagar. Alguns temas foram imediatamente, digamos assim, aceitos, porque naquela época você tinha que fazer aliança com a Igreja, porque a Igreja se colocava contra a ditadura. Então, certas questões tinham passagem.

ED: Quais foram os primeiros temas desse período?

JP: Por exemplo, a luta pela creche. Você vê que é uma luta que vem sempre associada à maternidade. A luta contra a desigualdade no mercado de trabalho também é uma luta que é considerada legítima. É uma luta bem antiga. A luta contra a violência contra a mulher. Aí as feministas realmente abrem uma porta nova, que é, num contexto de violência de Estado, num momento em que as pessoas ainda estão morrendo por tortura, em que o poder repressor do Estado, seja contra o preso comum nas delegacias seja contra o preso político, está ainda exorbitante, começar a mostrar que existem outras formas de violência e outras formas de poder, que não passam necessariamente pela relação do Estado com o indivíduo e que são a chamada violência doméstica, violência sexual etc. Então, essa também é uma luta que vai ganhando visibilidade. E há temas que são malditos, que não são aceitos, que a Igreja imediatamente reprime. Por exemplo, as questões da sexualidade, da contracepção e do aborto, naturalmente. Então, nesse momento, o próprio movimento meio que se divide, por razões táticas: um grupo diz que nesse momento nós não podíamos deixar de trabalhar junto com a Igreja, com as comunidades de base etc., tentar também um apoio no MDB, nos partidos; e o outro grupo diz, escuta, mas nós não podemos deixar de lado a questão do aborto, a questão da sexualidade, a questão do corpo, a questão da contracepção, porque senão nós não vamos nos definir como feministas e isso é o que define o movimento. E eu me incorporei a este grupo. Nós começamos a fazer um trabalho... quando eu digo nós, agora, digo um grupo de reflexão a que eu pertencia que se chamava Grupo CERES, era um grupo feminista de reflexão, que fez um livro, *Espelho de Vênus - Identidade social e sexual da mulher*, que eu considero um belíssimo livro até hoje. E que, mais de dez anos depois, é atual porque traz todo um discurso sobre a construção da identidade feminina. A pesquisa foi feita em 1978. E o livro foi lançado pela Editora Brasiliense, em 1981. É um livro que, digamos, é fruto de uma determinada corrente da década de 70.

ED: E que outros grupos havia nessa época?

JP: Bom, nessa época, se formam e desfazem grupos. É criado o Centro da Mulher Brasileira, que é a primeira instituição explicitamente feminista do país. O grupo CERES também é de 75. Aqui no Rio cria-se um Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro e, dentro do movimento sindical, especialmente o sindicato das metalúrgicas. Começam a avançar, dentro do PMDB, grupos de mulheres feministas, que depois vão originar, em 82, com a vitória do Montoro, o primeiro Conselho dos Direitos da Mulher. Surge um grupo também que se chamava Nós Mulheres; enfim, vão surgindo, Brasil Mulher, começa a surgir uma imprensa feminista também, publicando jornaizinhos, é um momento de efervescência, de criação de um espaço novo para o movimento feminista. Em 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, já no governo Sarney.

ED: Em que período você presidiu o Conselho?

JP: Fui presidente durante quatro anos, de 86 a 89. Mas estive ligada desde o início à própria criação do Conselho, em 85, porque fui Conselheira, no ano de 85. E o Conselho, acho que representa também um momento extraordinário de fundação de uma nova ordem, que não foi para frente, mas que é um momento em que você tem o Estado e determinados setores da sociedade civil caminhando juntos. Porque depois de anos de um fosso, de uma separação entre Estado e sociedade civil, você tem no Estado um órgão que está caminhando junto com um setor organizado da sociedade civil, que é o movimento de mulheres. E todo o período do Conselho Nacional foi assim. Acho que hoje a gente já fala muito mais de um movimento, um movimento que já passou inclusive pela institucionalização e por políticas públicas, muito se ganhou, mas alguma coisa se perdeu aí. Porque, quando você tem que transformar em políticas públicas um discurso que antes era de libertação, naturalmente a idéia da sexualidade propriamente dita, ela desaparece e vira saúde reprodutiva. Então, há uma perda. Nesse momento, a Leila e o que ela representou fazem falta, para ir puxando aquele lado que o discurso da política pública, por mais avançado que seja, não pode incorporar, pois deixa de fora por definição.

ED: Jacqueline, que valores projetados pela Leila teriam contribuído para preparar a emancipação feminina que viria justamente depois da morte dela?

JP: Basicamente o que eu vejo a Leila trazendo é a realização da revolução pela ação; é, ao mesmo tempo, o resgate de uma mulher sensual, de uma sensualidade válida, legítima, alegre, não comprimida. Estou me referindo aos parâmetros daquela época, uma sexualidade não castrada, seja porque você é de esquerda - então você carrega no ombro o peso e a responsabilidade de ser séria o tempo todo, porque você está transformando o mundo, e a transformação é uma atividade seríssima e infundável, não dá para brincar em serviço -, ou porque você é alienada, ou você até tem um padrão de comportamento sexual fora dos parâmetros, mas você tem vergonha dele, você finge, você esconde, você se finge do que não é, você acha que se tem muitos namorados vai ser desvalorizada, então, faz de conta que não tem. Se você tem, chora porque tem, pois incorpora essas idéias de que está se gastando, tudo o que a Leila absolutamente não tinha, porque a Leila recolocou o valor da mulher na humanidade dela, uma humanidade que traz também uma sexualidade. Acho que foi

muito isso, eu sinto muito por aí, essa transformação, além do que, obviamente, era uma mulher desse século, era uma mulher que trabalhava, era uma mulher que ganhava a sua vida, era uma mulher que era independente, era uma mulher que estava com tal ou qual homem, porque ela gostava dele naquele momento e se dava esse direito. E escolheu ter a filha no momento em que quis e, nem por isso, cortou a maternidade, ou quis se adaptar a um padrão, a um estereótipo de ser mãe. A morte da Leila, acho que, num certo sentido, foi a morte de toda essa transformação pela ação. Certamente, se a Leila tivesse vivido mais, tivesse podido estar conosco, quando nós, em 75, começamos a criar esse movimento, que era um grupo pequeno ainda no Rio de Janeiro, um grupo de vanguarda muito mal compreendido, muito mal visto, teríamos contado com a força de sua presença.

ED: Em São Paulo, nessa época, havia um movimento similar?

JP: Havia em São Paulo também, mas aí entra a questão Rio/São Paulo, que é sempre complicada. Porque eu acho que São Paulo, por exemplo, avançou muito mais que o Rio no que diz respeito a políticas públicas. São Paulo teve um Conselho funcionando, desde o governo Montoro, em 1983. Há uma coisa da eficiência paulista. E, por outro lado, aquela coisa da vanguarda, a luta pela descriminalização do aborto, é puxada muito pelo Rio de Janeiro, de uma forma mais carioca, porém menos institucionalizada, menos organizada. Não se pode ignorar que o Rio é uma cidade de vanguarda, em geral e também na luta feminista.

ED: Como seria a Leila nesse novo momento do feminismo? Que novo momento do feminismo é esse?

JP: Eu vejo hoje o feminismo muito mais liberto, digamos assim, de enquadramentos ou da necessidade de precisar ganhar legitimidade, e, ao mesmo tempo, muito mais perplexo. Por um lado, tudo que já conquistou, especialmente na criação de leis. Há uma consciência muito maior na sociedade. Hoje, por acaso, eu estava lendo no jornal sobre uma mulher que trabalha em limpeza em escritórios que foi mandada embora porque estava sofrendo assédio sexual do seu chefe e impetrou uma ação. Nós já temos no nosso estado do Rio de Janeiro uma lei contra o assédio sexual no local de trabalho; essa lei foi aprovada pela Assembléia Legislativa e foi aplicada. Você vê uma lei funcionando. Essa mulher teve que ser reintegrada. Isso é profundamente recompensador. Você vê realmente que uma demanda está se transformando em política pública. Então, é um movimento que, por um lado, se institucionalizou, avançou muito, teve uma grande capacidade de luta, viu traduzidas em políticas públicas algumas das suas bandeiras, foi um movimento extremamente transformador em termos da participação no Estado, foi um movimento que teve muita clareza de que o seu papel era levar para o Estado e viabilizar através do Estado demandas da sociedade civil e quando percebeu que isso não podia mais ser feito e que permanecer no Estado seria cooptação, saiu. Nesse sentido, acho que foi um movimento que teve ações muito concretas. Nos últimos anos, tenho me colocado muito ao lado daquele movimento que está ligado a um atuar concreto, ao fazer e ao agir concretamente. Agora, hoje, no Brasil de 90, aquele movimento feminista que estava ligado a grupos, que estava ligado à idéia de liberação, que estava ligado a grupos de reflexão etc., virou uma coisa chamada ONG -

Organização Não-Governamental. Acho que as ONGs são, digamos, a grande transformação, em termos de organização da sociedade civil, do final da década de 80 e início dos anos 90. A maior parte dos grupos feministas, não todos, mas grande parte do movimento feminista, hoje está organizada em ONGs. Da mesma forma que, na década de 70, nós estávamos organizados em movimentos sociais, junto com o surgimento de outros movimentos sociais no cenário político, uma nova cultura política, e, na década de 80, o movimento feminista foi um dos primeiros, talvez o único dos movimentos sociais que deu o passo para dentro do Estado e fez política pública; porque o movimento negro não fez, o movimento homossexual não fez, o movimento ambientalista não fez. Porém, nós fizemos isso na década de 80. No final da década de 80, nós perdemos um espaço que foi o espaço do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que acabou de ser esvaziado no governo Collor. Mas, no final do governo Sarney, as condições para nossa permanência lá tornaram-se impossíveis. Passou por cima da gente um rolo compressor, com o novo Ministro da Justiça, o Oscar Dias Correa, que representava o que havia de mais conservador e substituiu o Ministro Brossard. Com o Brossard, as relações, eu não diria que eram fáceis, devo reconhecer que houve momentos de grandes embates inclusive com o próprio Ministro, mas ele em momento nenhum desrespeitou o regulamento interno e a autonomia que o Conselho tinha com relação ao Ministério da Justiça. Mas o Ministro Oscar Dias Correa realmente terminou de vez com o Conselho. Tivemos nosso orçamento cortado, pessoas que estavam em cargos de confiança, pelos quais eu respondia, transferidas para outros órgãos, quer dizer, ele chegou para dizer: quem manda aqui sou eu. E realmente, nesse momento, o Conselho Nacional, apesar de o governo não ser um bloco monolítico, apesar de ter tido um desempenho reconhecido como extremamente eficiente, todas as contas aprovadas etc., foi imprensado. Acho que chega um momento na política em que, ou você dá o tom, ou cai fora. Quando você tem um descompasso na máquina política ou você se adapta, ou se afasta. E, naquele caso, adaptarmo-nos seria virar o que de fato virou o Conselho, um órgão sem nenhuma expressão. E nós não tínhamos força política suficiente pra também dar o pulo e passarmos a ditar o ritmo e, digamos, o discurso ideológico do governo. Então, o que nós tínhamos de fazer, até para preservar o que o órgão tinha sido, era renunciar. E nós renunciamos em 89. Em 1990, quando eu fundo a CEPIA, com duas outras amigas, estava fazendo alguma coisa que também já vinha sendo feita por uma série de outras mulheres ligadas ao movimento feminista, que era buscar o caminho da ONG, para tentar sobreviver, naturalmente, e ter uma ação política. A CEPIA é uma Organização Não-Governamental, que se dedica à pesquisa e faz também um trabalho de intervenção social. A CEPIA procura influenciar as políticas públicas; agora está começando um projeto muito grande na área de sexualidade e saúde reprodutiva. Bem, é um momento em que o movimento feminista se reorganiza muito através de ONGs, uns grupos ainda permanecem, mas a maior parte deles tem que tentar sobreviver.

ED: Mas como seria a Leila diante disso, diante desse quadro atual?

JP: Eu estou pensando na Leila diante de um fato que afetou a todas nós e que eu acho que até explica um pouco a dificuldade que o movimento

feminista teve no final da década de 80, e na década de 90, de retomar o discurso da sexualidade. Porque a questão da sexualidade foi um princípio organizador para o movimento, quer dizer, um movimento constrói a sua identidade política a partir da construção de uma identidade coletiva. E há alguns elementos que são, digamos assim, chaves. No movimento feminista, a questão do resgate da sexualidade da mulher e em tudo o que isso implica, inclusive no nível da saúde reprodutiva, dos direitos reprodutivos etc., era um princípio organizador que vinha muito ancorado à idéia de liberação e também à idéia de que a mulher era dona do seu próprio corpo, de que a mulher, nesse sentido, tinha liberdade de escolher parceiros, de mudar de parceiros etc., sem que isso, em nenhum momento, revertesse contra sua imagem. Aquilo tudo que a Leila fazia na prática era um discurso do movimento feminista e um princípio organizador. Só que, agora, nós vivemos em tempos de AIDS. Então, eu acho que a AIDS trouxe para o movimento feminista um desafio enorme, que é como repensar a sexualidade em tempos de AIDS. Como repensar a própria contracepção e a idéia da liberdade sexual em tempos de AIDS. Eu gostaria muito de que a Leila pudesse estar aqui conosco, ajudando-nos a pensar e provavelmente a trazer sol, a abrir uma porta para esse nó entre sexo e morte que a AIDS trouxe. Todos nós temos que pensar sobre isso agora. Eu vejo como a AIDS inicialmente afetou o movimento gay masculino. Eles, sim, eles se organizaram pra sobreviver e para resgatar, nessa sobrevivência, sua dignidade. Mas nós, mulheres, como não éramos grupo de risco, como aquilo era uma coisa que estava acontecendo com o outro, a AIDS e a mulher, a AIDS e a sexualidade feminina ficou esquecida, completamente esquecida. E eu acho que o grande desafio que se coloca hoje para o movimento feminista é recuperar a questão da sexualidade. E acho que aí a Leila poderia ter um papel novamente fundamental. A mulher, mais do que nunca, tem que negociar, negociar que eu estou dizendo não é no sentido monetário, ela tem que negociar as condições do sexo seguro para ela, que tenha sexo sem correr riscos de doenças sexualmente transmissíveis, de ser brutalizada na relação e de ser exposta ao risco da AIDS. Quando você faz qualquer forma de negociação, para que essa negociação seja equilibrada, pressupõe necessariamente a compreensão do parceiro e uma relação de poder equilibrada. É muito difícil você falar em negociação, quando está falando numa relação desequilibrada, assimétrica. Assimetria se liga a imposição. Assimetria mata a negociação, qualquer negociação. Além da simetria, alguma coisa de muito forte dentro da mulher, que se chama auto-estima, amor por ela mesma, que, em geral, é baixa, tem que estar lá presente na negociação.

ED: E este é um ponto em que a Leila era forte. Leila possuía uma auto-estima alta.

JP: Sim, a Leila tinha uma forte auto-estima para viver a sua sexualidade. E por isso ela podia ousar tudo sem perder a dignidade. Nesse momento, acho que um dos principais desafios pra nós, mulheres feministas, é trabalhar a nossa auto-estima. É trabalhar a idéia da liberdade sexual em tempos de AIDS, em tempos que vão trazer justamente a limitação, por exemplo, no uso da contracepção, porque, infelizmente, hoje, o único contraceptivo eficaz contra a AIDS é a camisinha. E quem detém o poder de colocar a camisinha? É o homem. Se a mulher não tem

auto-estima e não está fortalecida na negociação, seja ela casada, seja ela monogâmica, seja ela adolescente, com o primeiro namorado, seja ela mulher com vários parceiros, seja ela prostituta, se ela não está fortalecida pra negociar o sexo seguro, que nesse momento só advém da camisinha, ela está exposta ao risco de morte. Isso é tão dramático, que eu acho que a Leila faz falta, muita falta nesse momento. O que a Leila representava, entendeu? Acho que ela teria um papel muito importante diante desse desafio doloroso que nós estamos enfrentando hoje. Novamente, estou falando de um ponto de vista muito pessoal: acho que o grande desafio do movimento feminista, hoje, é a questão da sexualidade e da saúde reprodutiva. É ter sexo e não morrer. E respeitar-se para negociar as condições. Sabe por que? Uma das estatísticas mais dramáticas que eu tenho agora na mão é uma de 91, de São Paulo: "dos novos casos de AIDS reportados entre mulheres, 49% eram de mulheres não usuárias de drogas intra-venosas e vivendo relações matrimoniais estáveis". E hoje em dia a AIDS está crescendo mais entre as mulheres casadas do que entre as prostitutas. É um dado da Secretaria Municipal de São Paulo. A segunda é do hospital Gaffrée e Guinle. Conversando com uma amiga que foi presidente da associação de prostitutas aqui do Rio de Janeiro, ela me disse uma coisa que me impressionou muito: "Olha, Jacqueline, eu hoje em dia tenho muita pena da outra, da mulher casada, da chamada esposa, porque eu negocio (ela não usou a palavra negociar), mas ela não negocia porque não vê o risco".

ED: Essa questão da sexualidade em face do desafio da AIDS é uma tarefa extremamente difícil.

JP: Exatamente. Acho que esse momento que nós estamos vivendo agora é um momento em que a questão da sexualidade, como eu disse, perdeu-se como princípio organizador, porque as feministas tiveram que adotar um discurso de políticas, de saúde reprodutiva etc. e a questão, digamos assim, revolucionária, transformadora, libertadora, num certo sentido, do movimento, se perdeu um pouco. E hoje, novamente, nós temos que recolocar o discurso da sexualidade em tempos de AIDS. Acho que é um desafio gigantesco. É um desafio terrível porque (e aí é que eu vejo como aquela figura luminosa da Leila seria necessária nesses tempos sombrios) é você que tem sempre que resgatar a sensualidade, você não pode transformar o sexo em alguma coisa negada pela abstinência, ou absolutamente asséptica, quase que hospitalar.

ED: Esse é que é o problema. Muita mulher que tem uma cabeça avançada e acha que tem realmente que se defender, não se defende, de fato, quando tem um parceiro fixo, por conta desse argumento que você acabou de citar, qual seja, o de que ela não corre perigo. E também porque tudo fica muito asséptico, parece que você está entrando num hospital. E isso quase que agride, porque o sexo pressupõe uma entrega total e a proteção como que tolhe essa entrega total, que se torna, então, uma entrega relativa. Essa é a grande contradição. E é por isso que é difícil.

JP: Mas a gente tem que fazer. É difícil. Entendi o que você quer dizer, mas não se pode recuar.

ED: Mas, veja, quando se recorre à camisinha, quando você exige que o

homem use a camisinha, num certo sentido, você está reprimindo essa entrega total, ou pelo menos passa na cabeça das pessoas que você está castrando essa entrega total.

JP: Então, o que a gente tem que reconstruir é a idéia de entrega que não passe necessariamente por usar ou não uma camisinha. E nesse sentido é que eu acho que se tem um grande desafio. E é um desafio que os *gays* estão enfrentando todo o tempo. E que nós, mulheres, que temos relações heterossexuais, não conseguimos, porque, até o momento, o único grupo realmente protegido é o das mulheres homossexuais.

ED: As mulheres não estão ainda conscientes do risco, essa é a verdade.

JP: Nós mulheres, não conseguimos. Então, a idéia da entrega também é uma armadilha e temos que ter cuidado com ela. O que eu proponho é alguma coisa que é muito difícil, mas é resguardar o lado selvagem, o lado, digamos assim, sem parâmetros do sexo, que é lindo e que é fundamental. Mas, guardando, ao mesmo tempo, a idéia de vida, que hoje passa pela proteção. Esse voo "cego" do sexo não pode ser suicida. Portanto, o grande desafio é buscar novas formas de tornar a proteção, o exercício da proteção, alguma coisa erótica, conversar sobre isso ou não conversar sobre isso, cada casal vai descobrir a sua linguagem, os seus caminhos. Mas o importante é que nós não podemos, nesse momento, separar a idéia de preservar a vida e ter sexo. E para fazer isso a proteção é fundamental. Antes era a proteção contra a gravidez. Hoje é proteção pela vida. E, nesse ponto, é que eu volto ao que a Leila representava. Acho que ela seria um grande porta-voz dessa nova percepção, dizendo, "sim, sou sensual, estou apaixonada, tenho um parceiro, ou tenho vários parceiros, ou estou aberta a ter um terceiro parceiro amanhã, mas eu quero viver". E a idéia de vida, nesse momento, passa dramaticamente pela questão de como lidar com a AIDS.

ED: É verdade. Não sei se, nos outros países, as mulheres já acordaram realmente para isso, mas acho que no Brasil de maneira nenhuma.

JP: Eu passei esses últimos anos, quer dizer os anos de 91 e 92, nos Estados Unidos dando aula em uma universidade americana. Portanto, convivendo muito com a juventude americana e com a intelectualidade. E noto que a consciência lá é muito maior do que aqui. Acho que há um viés machista também na falta de consciência que nós temos. E muitas vezes esse vezo machista passa pela idéia de entrega total: você se dá inteiramente a mim, ou não se dá, ou tudo, ou nada. Você, quando usou a palavra entrega total, falou no momento do sexo, no momento em que o sexo é cego, seu coração dispara, está ali sem desconfianças...

ED: Essa idéia de que o sexo é algo sem barreiras e de que é tanto mais forte, mais expressivo, quanto menos barreiras há.

JP: Entendi perfeitamente. Agora, o que eu queria dizer é que há, na nossa sociedade, uma herança da idéia romântica da entrega, que eu acho que funcionava muito contra as mulheres. E o que eu percebo também, apesar de mudanças já muito significativas na nova geração, nem sei se necessariamente percebo isso como alguma coisa positiva, mas percebo, nas meninas de vinte, vinte e poucos anos, a idéia de construção de um caminho na vida muito individual: eu vou estudar tal e tal coisa, eu vou me formar, eu vou trabalhar nisso e naquilo, ou eu vou viajar, eu vou escrever um livro, eu vou plantar uma horta no sítio, não sei

bem o quê. Mas é um caminho individual. Se homens ou parceiros se agregarem nesse caminhar, tudo bem, mas não há a idéia da construção de um caminho a dois, já desde muito cedo. Isso, nos Estados Unidos, é claríssimo. Eu estava inclusive, outro dia, conversando com uma amiga que tem filhas de 25/26 anos, brasileira, e ela estava me dizendo: "Eu não sei, Jacqueline, minhas filhas não pensam em se casar. As duas fizeram universidade, as duas têm vários namorados, uma já está morando sozinha..." Perguntei-lhe: "Por que você se preocupa?"; "Porque, nessa idade, eu já estava casada, já tinha filho". Mas o padrão agora, a trajetória existencial é diferente. Você não precisa mais necessariamente estar caminhando com uma pessoa ao seu lado. Se, por um lado, isso pode trazer uma certa perspectiva muito individualista, pouco generosa, porque acho que o conviver também ensina muita coisa, por outro, está instaurando um novo padrão de relação. Essas mulheres são mulheres que estão livres, internamente, para encontrar vários homens ao longo da vida delas. E mais do que nunca se coloca a necessidade de proteção. Da mesma forma que os homens. Nos Estados Unidos, você encontra mulheres - eu não posso dizer adolescentes de 15, 16, 17 anos, porque inclusive há estudos que demonstram que é um grupo ainda de alto risco, mas passando dos 20 - mais mulheres solteiras e que têm no ser solteira uma trajetória não momentânea de vida, que tomam precauções em muito maior proporção do que aqui e o homem aceita. O padrão de relação entre homens e mulheres no Brasil ainda é muito desigual, embora tenha havido muitas mudanças no plano legal. No plano das relações cotidianas, é muito desigual. Essa idéia do comportamento masculino como sendo um comportamento que se define em oposição ao que seria um comportamento feminino também é muito marcada. E você vê os exemplos mais corriqueiros. Aqui em casa trabalha um casal. Eu noto que raramente ele a ajuda na cozinha. Então, ela fica mais ocupada. Eu me preocupo, vou ajudar numa coisa e noutra e, outro dia, perguntei: "Escuta, mas o fulano não te dá uma mãozinha para você poder terminar mais cedo e ver a novela?"; "Não, ele diz que não entra em cozinha, que isso é coisa de mulher". Diz 'isso é coisa de mulher' como sendo alguma coisa a menos, que desvaloriza, que contamina, que polui, que desprestigia. Isso é muito mais marcado na nossa sociedade do que, por exemplo, na sociedade americana.

ED: Outra coisa que eu acho que é absolutamente generalizada entre os homens em várias faixas etárias, porque os adolescentes nesse ponto estão muito atrasados também, é que persiste, como na nossa época, a idéia de que evitar filhos é tarefa da mulher. A mulher que se cuide, pois este é um problema dela. E as mulheres, mães de filhos homens, também se comportam assim.

JP: Concordo inteiramente com você. Tive uma experiência muito interessante, quando estava nos Estados Unidos. Levei meu filho ao clínico geral lá, o *family doctor*. O Rafael estava com gripe. Ele tinha 12 anos na época, ainda bem infantil. Pois bem, terminou a consulta, o médico disse que queria conversar com ele, examiná-lo sem a minha presença. Então, eu saí da sala, ele o examinou. Depois que terminou a consulta, sentou-se com o Rafael, comigo ao lado e disse: "Rafael, você ainda não tem relações sexuais, porque você ainda está jovem para isso, mas daqui a algum tempo vai ter relações sexuais. Então, eu quero que

você se lembre que a única forma de você não ser pai, se você não quiser, é usando a camisinha". Bom, mas depois ele falou de AIDS com Rafael. "Eu quero te dizer outras coisas muito importantes, a camisinha protege o homem e a mulher das doenças sexualmente transmissíveis e, entre elas, existe uma muito grave, que é a AIDS e a única forma de você preservar a você e a ela da AIDS é usando a camisinha". Eu fiquei impressionada, entendeu? Porque ele estava dando, com frases diretas e simples, uma lição de responsabilidade no comportamento sexual e reprodutivo para ele.

ED: Mas, voltando à questão da Leila, uma coisa que eu queria ressaltar para encerrar nossa entrevista, é que se a Leila estivesse viva no momento atual, o que poderia ser um comportamento apropriado, é que a Leila se impunha às pessoas com absoluta naturalidade. Ela sempre soube se impor aos homens, seus parceiros, independente da cabeça desses homens: se era avançado, ou não, se era de esquerda ou não.

JP: Porque certamente sentiam nela uma mulher muito firme, muito segura de si mesma.

ED: Impor sua postura, de forma independente. Porque você não pode ficar prisioneira da cabeça do seu parceiro para afirmar a sua individualidade. Agora, quando você afirma a sua individualidade, porque isso faz parte do seu modo de ser, corresponde ao seu modo de ser, você se liberta das características do outro. Se o outro é atrasado ou não é, pouco importa, ele vai ter que aceitar as suas regras. Ou, então, a relação não vai adiante. A relação se esgota.

JP: Acho que isso a que você se refere é fundamental, porque vai ao encontro dessa idéia que a Leila deixou na gente, de que é uma pessoa que ocupa o espaço, se impõe, estabelece regras de ocupação daquele espaço de uma maneira muito clara, muito firme, inequívoca. E acho que, nesse momento, para os adolescentes, para os homens e mulheres adultos, qualquer que seja a sua situação, qualquer que seja o tipo de relacionamento que tenham, se o relacionamento não for calcado exatamente no respeito ao que cada um é, estão correndo sério risco. Porque você só consegue se impor (e eu acho que quando você e eu estamos usando a palavra impor não estamos em nenhum momento nos referindo a uma forma autoritária, é uma imposição que vem com naturalidade) quando essa imposição está fundamentada no autorespeito e na autovalorização. Você tem que ter amor próprio, você tem que se valorizar até para ter clareza de que tem seus limites e que não são necessariamente os mesmos limites do outro, porque você tem direito de ser uma pessoa independente e não sempre, ou necessariamente, tão plástica e adaptativa a tudo e a todos. Isso extrapola a relação a dois, isso tem a ver com a posição na vida em geral. Portanto, atualmente, uma preocupação muito grande que vem ganhando vulto é a preocupação com recuperar a compreensão do papel que a sexualidade desempenha no comportamento sexual. Sexualidade é alguma coisa que tem componentes históricos, culturais, implica relações de poder. Então, toda influência da sexualidade sobre o comportamento sexual passa a ser um fator fundamental agora até em termos de políticas públicas. O que eu queria colocar, voltando um pouco a nossa conversa, já para o plano mais institucional, mas agora

eu estou falando muito com referência à minha experiência mais recente nos Estados Unidos, é de um silêncio sobre a questão da sexualidade quando ela se transforma em política de saúde. Esse discurso vem sendo agora recuperado, porque as políticas de saúde não dão certo, se elas não reconhecem e incorporam a dimensão da sexualidade. Eu participava, enquanto estava morando lá, de um grupo informal de estudos sobre sexualidade, que reunia homens e mulheres, pesquisadores, sociólogos, pessoas que trabalhavam com planejamento familiar, feministas etc. Nós nos reuníamos como qualquer outro grupo informal de estudos lá em Nova Iorque, discutíamos, apresentávamos textos, procurávamos desvendar tudo isso. O motor inicial foi a percepção da falência, por exemplo, dos programas de contracepção e de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e da AIDS, que não levam em conta a relação de poder entre homens e mulheres, que não levam em conta justamente essa dimensão maior da sexualidade, dos padrões de comportamento sexual, do que é masculino, do que é feminino numa e noutra sociedade, do que tem embutido de violência na relação entre homens e mulheres e que vai em certas culturas se refletir no comportamento sexual ou não, mas vai se refletir em medos cotidianos, fobias, na incapacidade, por exemplo, de procurar ajuda porque está com uma doença venérea, e tudo que implica auto-desvalorização. Portanto, eu acho que recuperar essa idéia de amor por si mesma, recuperá-la como uma meta política, mas recuperá-la também como alguma coisa que traz alegria, é fundamental. Portanto isso, a figura da Leila é muito presente e atual.

Entrevista feita no dia 09 de maio de 1993.